

## VELHAS NOÇÕES, EM NOVOS TEMPOS: ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS DO DISCURSO POLÍTICO\*

Carlos Félix PIOVEZANI FILHO\*\*

**Resumo:** *A partir dos postulados teóricos da Análise do Discurso, derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux, tomando como objeto de estudo os programas de governo de Paulo Maluf (PPB) e de Marta Suplicy (PT), referentes às eleições municipais de São Paulo, ocorridas no ano 2000, este trabalho pretende examinar as estratégias lingüístico-discursivas das quais se valem os enunciadores dos referidos programas, com vistas a promoverem um fazer-criar e um fazer-fazer, a saber, respectivamente, uma adesão político-ideológica e uma ação efetiva, sob a forma de uma performance votante.*

**Palavras-chave:** *análise do discurso; discurso político; estratégias lingüísticas; programas de governo; esquerda; direita.*

### 0. Introdução

Subsidiado teoricamente na Análise do Discurso, tributária de Michel Pêcheux, tomando como objeto de estudo os programas de governo de Paulo Maluf (PPB) e de Marta Suplicy (PT), referentes às últimas eleições municipais de São Paulo, este trabalho pretende examinar as estratégias lingüístico-discursivas das quais se valem os enunciadores dos referidos programas, com vistas a promoverem um fazer-criar e um fazer-fazer, a saber, respectivamente, uma adesão político-ideológica e uma ação efetiva, sob a forma de uma performance votante.

Uma vez que se toma como objeto dois programas de governo sobremaneira representativos da díade esquerda/direita nacionais, supõe-se que seja possível depreender os ardis discursivos utilizados em e os efeitos de sentido visados por cada um dos pólos do campo

---

\* Este artigo é síntese de dois itens do III Capítulo (Os programas de governo como lugar de relações inter-subjetivas) da dissertação de mestrado intitulada "Que fim levou a esquerda?": efeitos discursivo-ideológicos no/do discurso político, defendida em março de 2003, na UNESP/FCLAr.

\*\* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da UNESP/FCLAr. Atualmente, é bolsista da CAPES em estágio na Université de Paris III/Sorbonne Nouvelle, sob a orientação do Professor Jean-Jacques Courtine. [cpiovezani@hotmail.com](mailto:cpiovezani@hotmail.com)

discursivo político. Contudo, evidentemente, o caráter indutivo que perpassa a ida, analítica, de dois programas de governo a uma certa generalização dos recursos contidos nos discursos da “esquerda” e da “direita”, deve ser concebido e interpretado no interior de seus limites e com consideráveis ressalvas.

## 1. As remanências populistas no programa de Maluf

Do “estilo verbal” (BAKHTIN, 2000) apresentado pelo programa de Maluf merecem ser destacadas algumas marcas lingüísticas ali presentes, quais sejam, a presença reiterada da primeira pessoa do singular nas declarações-promessas<sup>1</sup> contidas na capa e contracapa e em dois segmentos no interior do programa, a da primeira pessoa do plural em duas ocasiões, a oscilação entre o uso de substantivos derivados de verbos e do infinitivo impessoal no início de cada uma das propostas inscritas no interior do programa, a definitivização na sequência “MALUF O Prefeito 11”, a modalização por meio de locuções adverbiais e do tempo verbal (futuro do presente), dados os efeitos de sentido que delas derivam, sendo que cada um desses índices lingüísticos está a engendrar distintos protocolos de interpretação, poder-se-ia mesmo dizer, diretrizes interpretativas.

A constância da primeira pessoa do singular, a “pessoa subjetiva”, de Benveniste (1995), a definitivização no sintagma “O Prefeito” e o *slogan* (ao qual já se aludiu), o “nós exclusivo” (ao qual deter-se-á adiante), em conjunto com outros traços lingüístico-disursivos, remetem ao populismo contido na postura política do sujeito-enunciador. O populismo, e, ainda, mais particularmente, o populismo no cenário político brasileiro, é definido por Marilena Chauí, sob a perspectiva do “mito fundador” que constitui a “raiz da matriz teológico-política do populismo dos dominantes e do messianismo dos dominados” (1994, p. 21), como um poder que procura realizar-se sem mediações políticas, “um poder que procura afastar e que opera ativamente para afastar as instituições” [...], pretendendo “operar numa relação direta entre governantes e governados”; um poder que se pensa e se realiza sob as formas da tutela e do favor, no qual o governante apresenta-se

---

<sup>1</sup> A designação *declaração-promessa* é empregada com vistas a abranger duas das características predominantes das supostas falas de Maluf transcritas no programa: de um lado, “declaração”, tendo em vista o efeito de depoimento oral e espontâneo; de outro, “promessa” pelo conteúdo contido, pela projeção do tempo futuro e pelo caráter performativo do enunciado.

como aquele que detém não só o poder, “mas também o saber sobre o social e sobre a lei (o significado da lei) e, portanto, priva os governados do conhecimento do mundo sócio-político, podendo, assim, tutelá-los”; um poder despótico que se apresenta como transcendente e imanente, de modo concomitante, ou seja, “o governante se apresenta como estando fora do social, como transcendendo o social, na medida em que é o detentor do poder, do saber e da lei; mas, ao mesmo tempo, só consegue realizar sua ação se também fizer parte do todo social, já que não opera com mediações”; um poder que se personaliza, que se incorpora no ator político, dado que ocorre uma indistinção entre o poder e o seu ocupante, “entre o poder e aquele que exerce a função de governo porque seu poderio provém de uma fonte imaginária extra-social, isto é, da divindade. Donde o caráter teológico do poder”. Há que se fazer alusão ao fato de que a utilização da primeira pessoa do singular em conjunção com as aspas, ou da “assinatura” constróem um tom de proximidade entre o candidato e os eleitores (uma espécie de *ethos* intimista), instaura-se um “ar” de conversa entre iguais em que a hierarquia aparentemente desaparece — trata-se do populismo em sua faceta carismática —, para ressurgir no interior mesmo das declarações, sob a forma da passivização dos eleitores, a quem tão-somente cabe o papel de público, não no sentido de *res publica*, mas no de espectador. Erige-se a distinção assaz marcada entre o que se faz no palco (lugar de efetivas ações e, por isso mesmo, mais importante) e ao que se assiste da platéia. Nesse efeito de conversa instaurado entre o candidato e os eleitores, em função do aspecto de declaração *in praesentia*, estabelece-se também o apagamento do aparato publicitário na configuração do programa, dado o caráter aparentemente espontâneo do texto. Já a definitivização no sintagma “O Prefeito 11” cria um efeito de já-conhecido entre os interlocutores — o artigo definido “ocorre, em geral, em sintagmas em que estão contidas informações conhecidas tanto do falante como do ouvinte” (NEVES, 2000, p. 391) —, aciona, pois, no nível discursivo, um “domínio de memória”, de modo a suscitar na interpretação do enunciado o aspecto generoso e empreendedor da postura política do Prefeito Paulo Maluf, herdeiro, como o indica Maurício Puls (2000, p. 21), do eleitorado e do lema de Adhemar de Barros, qual seja, o “Rouba, mas faz.”<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Pode-se estabelecer, aqui, uma relação entre esse aforismo e o caráter afetivo do populismo, ali contido na emergência da figura do “Pai”, no que concerne ao sentimento ambivalente que

Ao deter-se nas declarações-promessas inscritas na capa e contracapa do programa de governo, torna-se evidente o enfoque populista do discurso de Maluf materializado em seqüências discursivas como:

1) Vou trabalhar nos próximos 4 anos e fazer o que levaria 8 para ser feito. Afinal o povo sofrido desta cidade merece e espera isso de mim. Com certeza, no término do meu mandato terei devolvido a todos o orgulho de ser daqui.

2) Sei do grande desafio de governar a terceira maior cidade do mundo. Por duas vezes fui Prefeito, e todos os paulistas sabem que Maluf trabalha para enfrentar e vencer desafios. Fui avaliado como o melhor Prefeito que São Paulo teve nesses últimos 15 anos.

Hoje, nosso desafio é maior: além de cuidar de saúde, educação, habitação, meio ambiente, obras de infra-estrutura, irei combater, com energia, a violência. E mais, proporcionar trabalho aos jovens: são eles os que mais morrem nessa guerra sem vencedores.

Sei que a Constituição impõe ao município limites ao combate ao crime. Irei à Câmara Federal e exigirei, em nome dos habitantes de São Paulo, que mudem a Constituição. Eu agirei.

Se o desemprego na cidade de São Paulo é fruto da política do Governo Federal e da omissão do Governo Estadual, eu agirei.

O Prefeito de São Paulo terá que ser mais do que um simples prefeito.

O Prefeito de São Paulo deverá ser um governante à altura de 10 milhões de paulistanos.

No que se refere à primeira declaração, destacam-se a modalização dada pelo tempo verbal e pela locução adverbial “Com certeza” e os dêiticos “desta”, na expressão “desta cidade” e no “daqui”. A modalização epistêmica — sendo que se entende a modalidade, aqui, no sentido corrente que esta possui nos estudos lingüísticos, ou seja, trata-se do modo pelo qual o sentido de um enunciado é qualificado de forma a representar o julgamento do sujeito-enunciador acerca da probabilidade de ser “verdadeira” a proposição por ele expressa, ou, ainda, a relação que se instaura entre o sujeito da enunciação e seu enunciado — estabelece-se, nesta circunstância, na crença do enunciador em relação à inexorabilidade de seu fazer empreendedor anunciado na declaração-promessa, sob a pena deste fazer não se efetivar tão-somente no caso de derrota do candidato; derrota, aliás,

---

os perpassa, à medida que o roubar (do candidato) está para a nocividade (paterna), assim como o fazer, do primeiro, está para a proteção e a admiração, promovidas pelo segundo: “[...] a atitude da criança para com o pai é matizada por uma ambivalência peculiar. [...] Assim, ela o teme tanto quanto anseia por ele e o admira.” (Freud, 1988, p. 32)

não cogitada explicitamente. Entretanto, ela está presente, de modo implícito, dado que a relação entre candidato e eleitor se dá aí aos moldes de um “contrato”<sup>3</sup> condicional proposto pelo candidato que poderia ser assim parafraseado: “Se você, eleitor, quiser que seja feito, em função de tudo o que está por fazer, basta que seu voto seja a mim confiado. Voto a mim dado é certeza de trabalho a ser empreendido”. Já o uso dos dêiticos se justifica pelo fato de que eles ratificam o efeito de proximidade do candidato para com seus interlocutores/eleitores, uma vez que a projeção espacial da enunciação é do âmbito de um “aqui”, já anunciada nas formas de um “eu-agora”. Desse modo, o efeito criado é, apesar de tratar-se de um texto escrito, cuja presença do interlocutor é apenas virtual, o de uma relação entre sujeitos *tête-à-tête*, simulação de interação oral, no qual se compartilha de um mesmo espaço/tempo e, sobretudo, de um suposto mesmo conjunto ideológico. Ainda, na primeira declaração, observa-se a vagueza e a ambigüidade da expressão “o povo sofrido” e do enunciado “Com certeza, no término do meu mandato terei devolvido a todos o orgulho de ser daqui”, pelo fato de não ser possível atribuir uma referência concreta, universalmente aceita tanto a “povo” quanto a “todos”. Ademais, sublinha-se que, ao deter na materialidade lingüística do enunciado, mais precisamente no fragmento “terei devolvido a todos o orgulho de ser daqui”, na ordem da língua, se evidencia a presença de uma pressuposição, que, na ordem do discurso, dada a inerência do lingüístico com o histórico que a compõe, de fato, consiste em um “pré-construído”, um já-dito em outro lugar, no interior do “interdiscurso”, anunciando que o sentimento de orgulho de “todos” os que são de São Paulo (“daqui”) era, no passado, provavelmente, nas gestões anteriores de Maluf à frente da Prefeitura, um sentimento presente e constante.

Quanto à segunda declaração-promessa, cabe considerar a flexão do verbo “saber” na primeira pessoa do singular, no presente do indicativo, o deslocamento da primeira pessoa para a terceira, “Por duas vezes fui Prefeito, e todos os paulistas sabem que Maluf trabalha para enfrentar e vencer desafios”, a grafia com iniciais maiúsculas dos vocábulos “Prefeito”, “Constituição”, “Câmara Federal”, “Governo Fe-

<sup>3</sup> A noção de “contrato”, nesse caso, aproxima-se mais da perspectiva de Hobbes e Locke do que da de Rosseau, porquanto, ao passo que esse último concebe-o como perda em relação ao estado de natureza anteriormente gozado pelo homem (bom e livre), os pensadores liberais britânicos tendem a qualificá-lo como a transposição do estado de guerra para a “paz” e para a efetiva “liberdade” da sociedade civil.

deral” e “Governo Estadual”, a reiteração da modalização por meio do futuro do presente e a insistente primeira pessoa do singular. Dado que já se contemplou o uso e as implicações que dele decorrem no que concerne ao tempo verbal (futuro do presente) e da primeira pessoa presentes na declaração acima transcrita e analisada, deter-se-á somente nos demais aspectos lingüístico-discursivos do enunciado. Ao verbo saber a atenção recai sobre o caráter populista que dele deriva no discurso político, posto que se trata da projeção do enunciador como aquele que assegura o poder em função de um conhecimento que lhe é supostamente exclusivo. Nos termos de Chauí (1994, p. 19) o populismo apresenta “um poder pensado e realizado sob a forma da tutela e do favor, em que o governante se apresenta como aquele que detém não só o poder, mas também o saber sobre o social e sobre a lei (o significado da lei)” — conforme as “línguas de madeira” da administração burocrática, do direito às quais Gadet & Pêcheux (*La langue introuvable*, 1981) e Pêcheux (*Delimitações, Inversões, Deslocamentos*, 1990) fazem alusão — “e, portanto, priva os governados do conhecimento do mundo sócio-político, podendo, assim, tutelá-los”. Isso ocorre manifestamente no discurso de Maluf, conforme se pode observar nos seguintes fragmentos:

Sei do grande desafio de governar a terceira maior cidade do mundo. Por duas vezes fui Prefeito, e todos os paulistas sabem que Maluf trabalha para enfrentar e vencer desafios. Fui avaliado como o melhor Prefeito que São Paulo teve nesses últimos 15 anos [...]

Sei que a Constituição impõe ao município limites ao combate ao crime. Irei à Câmara Federal e exigirei, em nome dos habitantes de São Paulo, que mudem a Constituição. Eu agirei.

Aliás, neste último trecho, constata-se não somente o pretenso saber exclusivo de Maluf, no que se refere à atuação no interior do conturbado e caótico campo político, que chega a instaurar-se como lugar-comum corrente na fala cotidiana na voz de um taxista na eleição de 1989: “Eu não entendo nada de política. Agora, o Maluf entende, ele é inteligente.” (In: PULS, 2000, p. 10), como também o fazer vigoroso de alguém que não se abala frente a obstáculos que dificultem sua ação “em nome dos habitantes de São Paulo”. Maluf não apenas “Rouba, mas faz”, mas também, “Sabe e faz”, aforismo que sintetiza o que está contido na declaração, diga-se, muito mais positivo ao candidato que o anterior que comumente lhe é atribuído, dado

que este último apresenta-se sem semas pejorativos.

Se, por um lado, ao aludir ao seu suposto saber exclusivo de agir nos meandros políticos, o enunciador vale-se de um empreendimento de manipulação<sup>4</sup>, por meio da provocação, que consiste no fato de que se alija o “outro” de um saber, imprime-lhe uma imagem negativa e instaura-se uma modalização deôntica, por meio da qual ele deve-fazer/deve-votar (no enunciador); por outro, ao referir-se a um saber do qual o interlocutor é dotado “Por duas vezes fui Prefeito, e todos os paulistas sabem que Maluf trabalha para enfrentar e vencer desafios”, o enunciador do programa engendra uma manipulação por sedução, que, por seu turno, manifesta-se no momento em que se constrói uma imagem positiva do enunciatário (“todos os paulistas”: sintagma no qual o pronome indefinido “todos” não é indeterminado, mas tão-somente não-particularizado, visto que se pretende abranger o maior número possível de eleitores que se insiram nesse conjunto assim designado), em função do saber que lhe fora atribuído (saliendo que esse saber limita-se a ser um saber-reconhecer no “outro” um efetivo saber-fazer/saber-governar), modalizando-o epistemicamente, numa injunção ao querer-fazer/querer-votar, com vistas a corresponder à competência que lhe fora confiada.

Em relação ao deslocamento da pessoa do discurso em sua passagem da primeira para uma suposta terceira pessoa, o que se observa é uma des-subjetivação e um concomitante acionamento de uma “memória discursiva”, sob a forma de um “pré-construído”, explícito na manifestação lingüística “Maluf trabalha para enfrentar e vencer desafios”. Trata-se, aqui, do fenômeno designado por Indursky como “a quarta-pessoa discursiva lexical”, projeção da categoria de pessoa que

“produz a impessoalização desse sujeito [do discurso: o sujeito] abdica de dizer eu, cedendo espaço para o acontecimento discursivo. Ou seja, não há inclusão do outro nessa forma de representação. Através dela, o sujeito representa-se como se fosse o outro.” (INDURSKY, 1997, p. 76; grifos da autora).

---

<sup>4</sup> Os termos “manipulação”, “provocação”, “sedução”, “modalização” presentes, sobretudo, na teoria semiótica greimasiana, na qual eles referem-se aos sujeitos (destinador e destinatário) da imanência textual, não encontram, em seu emprego, aqui, realizado, uma correspondência exata, visto que, em razão de sua distinta configuração epistemológica, a AD pensa os sujeitos interlocutores como “forma-sujeitos” que se instauram no encontro do discurso com a História; tratam-se, de fato, de representações imaginárias concebidas com base nas “condições de produção” do discurso, de modo que a “exterioridade” é constitutiva desses sujeitos.



Se a terceira pessoa em Benveniste é a “não-pessoa”, por sua natureza e por sua função, dado que essa

não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devem remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de não importa quem ou não importa o que, exceto a própria instância, podendo sempre esse não importa quem ou não importa o que ser munido de uma referência objetiva (1995, p. 282)

e se a função e a natureza da terceira pessoa, materializada na forma lingüística “Maluf”, são outras, desempenhando, pois, papéis distintos, como, por exemplo, os de produzir uma simulação de que o acontecimento discursivo apresenta-se dissociado do sujeito que o constrói no discurso, de sinalizar para a forma pretensamente vazia com vistas a pô-la em evidência, de indeterminação do sujeito-enunciador, não se deve, portanto, confundir a terceira pessoa benvenistiana com a “quarta-pessoa discursiva” (esta materializada como “ele” e “se”) e menos ainda com a “quarta-pessoa discursiva lexical”.

No momento em que o enunciador promove esse efeito de des-subjetivação por intermédio do uso da “quarta-pessoa lexicalizada”, evidencia no enunciado um domínio de memória que parece ser atualizado como se se tratasse de um já-sabido — e, por isso, incontestável —, exterior ao dito, como se já fosse de conhecimento geral o “fato” enunciado. Estabelece-se um efeito de obviedade, com a inserção de um “pré-construído”, imerso no “interdiscurso”, e agora materilizado no interior da seqüência intradiscursiva, sob a forma do segmento “[...] todos os paulistas sabem que Maluf trabalha para enfrentar e vencer desafios”.

A opção pelo emprego de iniciais maiúsculas, apesar da conformidade com o guia ortográfico brasileiro, em “Prefeito”, “Constituição”, “Câmara Federal”, “Governo Federal” e “Governo Estadual” aponta para o fato (político-ideológico) de que a postura política do candidato está em conformidade com aquelas que apregoam a manutenção e/ou reforço da autoridade estatal, sobretudo, no que se refere à conservação da ordem, à sustentação do *status quo*. Tem-se a criação da imagem de um sujeito respeitoso para com as leis e instituições, alguém que quando partidário de alterações sociais ou políticas, as deseja transcorrendo dentro dos limites institucionais e da ordem.

Além das duas declarações-promessa, acima examinadas, inscritas na capa e na contracapa do programa de governo, existem mais



duas outras declarações no interior do programa, estas, mais precisas, são referentes a duas propostas específicas ali contidas: “+ PAS: MODERNIZAR” e “EMPREGO JÁ”. Transcreve-se, abaixo, as duas declarações, respectivamente, relacionadas às propostas de intervenção nas áreas de saúde e de emprego, são elas:

No meu governo o PAS foi avaliado, como bom, por 91% dos usuários. O PAS funcionava como um verdadeiro Plano de Saúde. O + PAS será modernizado e melhor fiscalizado.

No meu governo, todo mundo que trabalha terá o seu lugar; será incentivado e protegido.

Em ambas as declarações, malgrado elas terem suas especificidades quanto às estratégias discursivas dispensadas — sendo que na primeira, destacam-se a invocação do percentual de aprovação da administração do sistema de saúde municipal, o seu funcionamento era “como um verdadeiro Plano de Saúde” e a projeção dos benefícios da modernização e da fiscalização para o futuro sobre o PAS, e, na segunda, o movimento discursivo, em efeito reverso, que se produz ao se aludir ao atributo de trabalhador concedido condicionalmente ao “outro”, a “todo mundo que trabalha”, posto que para se falar de tal atributo no “outro”, pressupõe-se a mesma atribuição ao “eu” —, realça-se a reiteração do início dessas declarações, focalizando, mais precisamente, a constância da primeira pessoa do singular. As implicações populistas inerentes ao emprego da primeira pessoa no discurso político sob análise são, aqui, corroboradas pela forma pronominal na qual a primeira pessoa se manifesta, qual seja, o pronome possessivo “meu”. A relação que se estabelece no sintagma “meu governo” é “bipessoal” em função de conectar “meu” (primeira pessoa do singular) e “governo” (terceira pessoa do singular), dado que quando se “usa um possessivo como determinante do nome, há sempre uma 3ª pessoa (representada por um nome, ou substantivo) posta em relação com outra pessoa” (NEVES, 2000, p. 471). Assim o que era (e deveria continuar sendo, no que concerne ao âmbito político) impessoal e coletivo, “governo”, dado tratar-se de terceira pessoa, dado tratar-se de instância pública, tanto em nível gramatical quanto em nível político-administrativo, passa a ser privado, pessoal. Uma vez mais, a espetacularização da política. Espetacularização manifesta no entrecruzamento entre o público e o privado, talvez, até no esvaecimento do público no privado: o “público” não mais “se opõe a privado” (RIBEIRO, 1994, p. 29).

Já na apresentação das propostas do programa, observa-se a oscilação entre as duas declarações na primeira pessoa do singular e duas proposições em primeira pessoa do plural, de um lado, e a predominância do infinitivo pessoal e dos substantivos derivados de verbos, que denotam ações a serem empreendidas, de outro. Seguem-se, abaixo, algumas das propostas com tais características:

Central Geral de Atendimento: Marcação de consultas por telefone.

Zeladoria Escolar: Criação de zeladorias permanentes nas escolas, com moradia para policiais militares ou guardas municipais.

Recuperação de moradores de rua, em convênios com a iniciativa privada.

Bairro Legal: Preparar lotes residenciais com ruas, esgotos, escola, áreas esportivas, posto médico e posto policial, para a construção de casas populares pelos próprios moradores.

Parque Carandiru: Transformar o Presídio do Carandiru em um novo Parque do Ibirapuera da Zona Norte.

Tal deslocamento das primeiras pessoas projetadas em algumas declarações e em algumas proposições, para a impessoalidade do infinitivo e dos substantivos aponta para a pretensão de promover um efeito de objetividade, o que deve ser realizado, na instância político-administrativa, independentemente de perspectivas pessoais, no tratamento dado às questões levantadas no programa, que, obviamente, são aquelas concebidas como prioritárias pelos interlocutores/eleitores.

## **2. Os efeitos des-subjetivantes do programa de Marta Suplicy**

No programa de Marta Suplicy, no que concerne ao “estilo verbal”, sublinham-se a modalização dada pelo tempo verbal, pelos verbos “dever” e “exigir”, e pelos adjetivos em posição predicativa “preciso” e “necessário”, a des-subjetivação do discurso por meio de uma única menção ao nome da candidata e da representação de sua imagem sorridente na capa do programa de governo, pela ausência da primeira pessoa do singular, pela presença constante infinitivo impessoal, e do, não tão constante, mas nem por isso esporádico, emprego da “quarta-pessoa discursiva lexical” e da primeira pessoa do plural, e, ainda, o “tom” enfático, categórico, mesmo, contido na designação

da coligação que apóia a candidata. Abaixo, seguem-se algumas seqüências nas quais se observa a modalização enunciativa empreendida amiúde pelo futuro do presente e esporadicamente pelo presente:

São Paulo **vai dar** a volta por cima.

**Vale lembrar** que estas diretrizes programáticas são uma proposta incompleta e perfectível mas coerente e sincera das mudanças urgentes que nossa cidade exige e nós **realizaremos** na Prefeitura.

O governo da Coligação Muda São Paulo **vai atuar** na defesa do interesse da população junto com outros níveis de governo e outras esferas de poder.

Nossa gestão **será** conduzida pelo PT e partidos coligados, com todos os setores da sociedade que apóiam este projeto.

**Implementaremos** este projeto num cenário de grave crise na cidade e no país.

O desmonte da estrutura que possibilita ou facilita a corrupção e o fim da impunidade **são** prioridades para a Coligação Muda São Paulo.

A Coligação Muda São Paulo **traz** a garantia de que nossos militantes atuam como antídoto contra a corrupção.

**Direcionará** investimentos e políticas sociais para as áreas mais carentes e periféricas da cidade e aplicará ações de combate ao desemprego, enfrentamento do problema da fome e garantia de abastecimento e segurança alimentar.

Toda ação nessa área **priorizará** o atendimento das camadas de mais baixa renda da população, de acordo com a distribuição do déficit na cidade [...].

Ao se refletir aqui acerca das implicações modais que decorrem do emprego dos tempos verbais futuro do presente e presente, ambos do modo indicativo, remeter-se-á às considerações de Benveniste contidas em *As relações de tempo no verbo francês* (1995), visto que a opção por determinados tempos verbais não se relaciona exclusivamente com a cronologia, antes, tal opção revela a atitude do enunciador para com aquilo que é por ele enunciado. Benveniste, nesse texto, estabelece a ,tão reiterada, depois dele, distinção entre “história” e “discurso”, respectivamente concebidos como a manifestação de fatos relacionados ao passado, pois “desde que [os fatos] são registrados e enunciados numa expressão temporal histórica estão

caracterizados como passados” (1995, p. 262); e como o julgamento dos acontecimentos aos quais o discurso faz alusão, sendo que ao plano da “história” relacionam-se o imperfeito, o mais-que-perfeito e o prospectivo e ao do “discurso”, o presente, o passado e o futuro.

Poder-se-ia estabelecer uma correspondência entre as ponderações de Benveniste e as de Harald Weinrich (apud: KOCH, 1999, p. 37), relacionando a “história” com a situação comunicativa designada por Weinrich como “mundo narrado” e o “discurso” com o “mundo comentado”. Weinrich, assim como Benveniste, atesta que a opção por dados tempos verbais, divididos por ele em dois grupos, corresponde à modalização dada ao enunciado, dado que narrar indica um certo descomprometimento do enunciador com o enunciado, permitindo uma postura mais “solta” por parte dos interlocutores, “uma atitude mais ‘relaxada’” e que comentar aponta para o compromisso estabelecido pelo enunciador em relação àquilo que ele disse — “Comentar é falar comprometidamente” (KOCH, 1999, p. 38) —, interpellando o interlocutor a também comprometer-se com o que ouve, “pois se trata de coisas que o afetam diretamente”. Ao “mundo narrado” estão relacionados os seguintes tempos verbais: pretérito perfeito simples, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do pretérito e as locuções verbais compostas desses tempos verbais; já os tempos verbais relacionados com o “mundo comentado” são: o presente, o pretérito perfeito composto, o futuro do presente, futuro do presente composto e as locuções verbais que deles derivam.

Subsidiado pelos postulados de Benveniste e de Weinrich, pode-se afirmar que as seqüências lingüísticas, acima transcritas, do programa de governo de Marta Suplicy sinalizam para o “discurso” e para o “mundo comentado”, tendo em vista a modalização instaurada nessas seqüências por meio da presença do presente, em menor proporção, e do futuro do presente. O efeito causado pela adoção desses tempos verbais é o do estabelecimento de um compromisso firmado entre enunciador/candidato e seus interlocutores/eleitores, compromisso esse que apesar de partir do enunciador a ele não se limita, antes, ao contrário, o contrato estabelecido exige a participação ativa do interlocutor, obviamente, sob a forma do voto. Se uma das mais constantes inquietações humanas, senão a maior delas, é justamente a impossibilidade de prever e, por extensão, controlar o que acontecerá no futuro, e se se tem, por meio de um construto discursivo, uma garantia de assegurar o futuro, na instância político-econômico-social, não há como não se sentir tentado diante de tal garantia. Por isso, e também pelo

fato de considerar a quase permanente insatisfação dos homens para com seu presente, dado que aí o “eu” freudiano é “carente”, ocorrendo uma mitificação do passado e, sobretudo, do futuro, respectivamente representados pelo “eu ideal”, a imagem que o “eu carente” faz de si no tempo que não volta mais, e pelo “ideal de eu”, a abertura do futuro permite vislumbrar um eu melhor no devir, campos discursivos como o político e o religioso apresentam como um de seus traços mais indelévels justamente a projeção para o futuro, tempo em que “tudo será melhor”. Ademais, o presente, também tempo verbal do “discurso” e do “mundo comentado”, corroboram a modalização que cria o efeito de compromisso entre os interlocutores. O compromisso pretende-se estabelecido pelo enunciador em função de que o uso do tempo presente corresponde a uma tentativa de fazer com que o interlocutor atente-se ao que é enunciado e, por extensão, adira ao seu posicionamento ideológico.

Além do futuro do presente construindo a modalização no programa de governo de Marta Suplicy, há também a utilização do verbo, auxiliar modal, “dever”, do verbo “exigir” e dos adjetivos em posição predicativa “é preciso” e “é necessário” como princípios modalizadores. A modalidade, nesse caso, oscila entre a deôntica, centrada em normas e deveres, efeitos de sentido que denotam obrigação, e a epistêmica, centrada na necessidade. Observem-se os enunciados abaixo nos quais, entre outros, ocorrem as modalizações acima referidas:

Vale lembrar que estas diretrizes programáticas são uma proposta incompleta e defectível mas coerente e sincera das mudanças urgentes que nossa cidade **exige** e nós realizaremos na Prefeitura.

A disputa da Prefeitura **deve ser** encarada como parte do processo de transformação do país.

**É necessário** realizar um processo de desmonte da máquina corrupta que se instalou na Prefeitura de São Paulo, estabelecendo mecanismos de controle e transparência do orçamento e das decisões do governo.

**É preciso** apresentar claramente à população todo o orçamento, os gastos com pessoal, serviços essenciais, investimentos e projetos de desenvolvimento bem como os recursos extra-orçamentários disponíveis para financiamento.

Existem inúmeras ações que a Prefeitura pode e **deve** realizar para garantir a segurança de todos.

A modalização realizada por meio dos recursos assinalados corrobora o efeito de compromisso, de garantia de que as diretrizes e propostas apresentadas pelo programa serão cumpridas, tanto pela necessidade da implementação das ações quanto pelo dever de efetivamente realizá-las.

Cria-se, ainda, no programa, em função dos expedientes discursivos empregados, um efeito de sentido de des-subjetivação, de impessoalidade, uma espécie de coletivização da elaboração das propostas e da efetivação das ações a serem realizadas. Ainda que haja a reprodução da imagem carismática e sorridente da candidata e a menção ao seu nome “prefeita marta” (grafado deste modo: talvez, um efeito “desinstitucionalizante”), sinalizando para a postura política pós-moderna, na qual o *marketing* tem função decisiva, tais reprodução e menção não são reiteradas em nenhum outro espaço do programa, de modo que, evidentemente, prevalece o efeito “des-subjetivante”. Sublinha-se que com tal efeito torna-se possível, inclusive, tecer autoelogios sem aparentar imodéstia, conforme se observa nos seguintes enunciados:

Vale lembrar que estas diretrizes programáticas são uma proposta incompleta e perfectível mas **coerente** e **sincera** das mudanças urgentes que nossa cidade exige e nós realizaremos na Prefeitura.

Nossa gestão será conduzida pelo PT e partidos coligados, com todos os setores da sociedade que apóiam este projeto. Projeto que resgata, recupera e potencializa a experiência de uma gestão **democrática** e **honesta**, que promove a regionalização e a descentralização e estabelece objetivos que levarão a cidade a um desenvolvimento planejado, democrático e sustentável.

A Coligação Muda São Paulo traz a garantia de que nossos militantes atuam como **antídoto contra a corrupção**.

Seja por meio do caráter impessoal da “proposta **coerente** e **sincera**”, seja pela coletivização da “nossa gestão **democrática** e **honesto**” e do “**antídoto contra a corrupção**” dos militantes da coligação, o que se tem é uma série de auto-alusões encomiásticas que se relativizam, no que tange à sua suposta arrogância e presunção, quando emersas desse modo.

Entretanto, os principais determinantes da des-subjetivação e da impessoalização são a ausência da primeira pessoa do singular, a

constância da “quarta-pessoa discursiva lexical”, além do emprego do “nós”, oscilando entre três construções distintas e opacas de referente (que será considerado separadamente adiante). O uso da “quarta-pessoa discursiva lexical” cria o efeito des-subjetivante em função de o sujeito do discurso abdicar da utilização do “eu” em seu enunciado e apresentar-se aí como outro, com vistas a privilegiar o acontecimento discursivo, de acordo com o que ocorre nas seqüências abaixo transcritas:

Estas são as diretrizes de programa de governo que a **Coligação Muda São Paulo** apresenta para o povo de São Paulo nestas eleições.

O **governo da Coligação Muda São Paulo** vai atuar na defesa do interesse da população junto com outros níveis de governo e outras esferas de poder.

A **Coligação Muda São Paulo** governará para superar as desigualdades sociais construídas historicamente na cidade de São Paulo, assumindo em primeiro plano o combate à exclusão social e à pobreza.

O **governo do PT e partidos da coligação** têm como compromisso impulsionar e incentivar o aumento da organização e da participação popular.

Visto que a “quarta-pessoa discursiva lexical” indica, para Indurky (1997, p. 78), uma “simulação de não-preenchimento da forma-sujeito”, ressalta-se que nas seqüências acima transcritas ocorre um deslocamento da função da “quarta-pessoa discursiva lexical”, porquanto o efeito primordial do uso dessa projeção pessoal não-pessoal é a des-subjetivação e a, conseqüente, coletivização do enunciador em sua relação com o enunciado. Não se trata efetivamente de uma opacificação do referente ou de uma enunciação em terceira pessoa com vistas a eliminar as réplicas suscitadas pelo dizer de um “eu”, antes, trata-se de sustentar, inclusive, no estilo verbal, a posição segundo a qual se pretende descentralizar o poder, uma vez que “As características principais dos governantes corruptos são o autoritarismo e a centralização administrativa e de poder, que os fazem assumir o papel de ‘salvadores de pátria’ [...]”. Sustenta-se aqui que a opacificação do referente se relativiza, tendo em vista a seguinte seqüência:

Estas são as diretrizes de programa de governo que a Coligação Muda São Paulo apresenta para o povo de São Paulo nestas eleições. Elas são o resultado de um intenso processo de discussão e de debate que envolveu os militantes, filiados e simpatizantes do PT, PCdoB, PHS e PCB. Para a definição destas diretrizes também contribuíram outras lideranças políticas e sociais e pessoas que têm o compromisso de participar da busca de um futuro melhor para nosso país e nossa cidade.



Neste fragmento, é possível identificar de quem se trata, quando se faz alusão à “Coligação Muda São Paulo”, que é composta, pois, pelos “militantes, filiados e simpatizantes do PT, PCdoB, PHS e PCB”, além de “outras lideranças políticas e sociais e pessoas que têm o compromisso de participar da busca de um futuro melhor para nosso país e nossa cidade”. Se não há uma nomeação individual de quem são esses “militantes, filiados” etc., isso não implica necessariamente numa completa obstrução do referente; ele é, de certo modo, visível ou, de fato, instaura-se, ali, um efeito discursivo que consiste numa certa visibilidade daqueles de quem se fala, ou seja, dos integrantes da “Coligação Muda São Paulo”.

Já se assinalou acima, a distinção entre a terceira pessoa, a “não-pessoa” de Benveniste, e a “quarta-pessoa discursiva lexicalizada” e já se fez referência à notável presença dessa última em excertos transcritos acima, entretanto, a maior constância é — em função das coerções genéricas — efetivamente do infinito impessoal. Em conjunto com os substantivos derivados de verbos que denotam ações e processos, a presença maciça do infinitivo impessoal corrobora o efeito des-subjetivante dado às diretrizes e às propostas do programa político de governo. Abaixo, seguem-se seqüências que contêm tanto o infinitivo quanto os substantivos que impessoalizam as propostas governamentais:

**Fortalecer** os fóruns regionais de desenvolvimento e impulsionar o desenvolvimento de pólos regionais, aportando recursos humanos e materiais.

**Explorar** o potencial científico e tecnológico acumulado na cidade para dinamizar projetos de desenvolvimento que agreguem renda e emprego na cidade.

**Reestruturação** do setor, compatibilizando-o com a nova estrutura proposta para as Subprefeituras, descentralizando a ação e garantindo maior acesso do morador aos órgãos responsáveis pela intervenção.

**Obtenção** de recursos gerados pelo processo imobiliário e por outras formas de captação, destinando-os à política habitacional.

### 3. Considerações finais

Sem perder de vista as limitações impostas por uma investigação específica, tal como foi esta aqui empreendida, pode-se afirmar que, malgrado a impossibilidade de se demonstrar definitivamente a verdade, não se elide com isso a relevância de alguns avanços, nem

se invalida a eficácia de alguns desvelamentos promovidos pela análise. Desse modo, suscita-se, aqui, a possibilidade da existência de traços lingüístico-discursivos característicos do (ou, ao menos, preponderantes no) discurso da direita e da esquerda, bem como daqueles que seriam comuns aos dois pólos da diáde política. Evidentemente, algumas das marcas lingüístico-discursivas constróem efeitos de sentido que sinalizam para a postura político-ideológica de destros e sinistros; outras, entretanto, orientam rumo aos sentidos que devem ser constituídos num gênero do discurso como o programa de governo: se, de um lado, a diferença instala-se na personificação e centralização do poder, à direita, e na des-subjetivação e descentralização da gestão pública, à esquerda; de outro, a projeção do discurso político, de hoje, para as ações que serão efetivadas amanhã, apresenta-se como insígnia desse campo discursivo e, neste trabalho, especificamente, desse gênero do discurso.

FILHO, C. P. Old concepts, in new times: linguistic strategies of the speech politician

**Abstract:** *Considering the discursive strategies used by the national left and right in an voting context, it was taken as object of investigation two governmental plans highlighting each one of these poles in the political systems, such as the one concerning Paulo Maluf (PPB) and Marta Suplicy (PT), related to the last municipal elections of São Paulo. Thus, based on the theoretico-medotological postulates of the Discourse Analysis derived of Michel Pêcheux, regarding, mainly, the sphere of "verbal style", which constitutes the bakhtinian notion of "gender of discourse". This paper aims, briefly, to examining some of the several discursive strategies which are engaged to the politicians' speeches about the cited plans, targetting to promote a politico-ideological attachment and an effective action steeming the vote.*

**Keywords:** *Discourse analysis; Political discourse; Linguistic strategies; Government programs; Left; Right.*

## Referências

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral I**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

CHAUÍ, M. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes e messianismo dos dominados. In: DAGNINO, E. (org.) **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (pp. 19-30)

FREUD, S. O futuro de uma ilusão. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Volume XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1988. (pp. 15-63)

GADET, F. & PÊCHEUX, M. **La langue introuvable**. Paris: Maspero, 1981.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: ORLANDI, E. P. & GERALDI, J. W. (Org.) **Cadernos de estudos lingüísticos**. Campinas/IEL-UNICAMP, jul./dez., 1990. (pp. 25-42)

PULS, M. **O malufismo**. São Paulo: Publifolha, 2000. (Folha explica)

RIBEIRO, R. J. A política como espetáculo. In: DAGNINO, E. (org.) **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (pp. 31-40)